

A CONTRIBUIÇÃO DA ATER PRESTADA PELO INSTITUTO BIOSISTÊMICO NA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM PROPRIEDADES RURAIS DO NOROESTE PAULISTA

Nilton Aparecido Marques de Oliveira¹
Natália Gabriela Rós Marques de Oliveira²
Antonio Lázaro Sant'Ana³

RESUMO

O artigo trata da contribuição da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), enquanto ferramenta para a transformação da agricultura familiar do Território Noroeste Paulista, suas relações com as técnicas tradicionais de cultivo e manejo das principais atividades agropecuárias das propriedades familiares. Diante de um Território com marcante presença de agricultores familiares e com atividades agropecuárias diversificadas, mas com um forte predomínio das chamadas tecnologias modernas, baseadas no uso intensivo de insumos químicos sintéticos, vê-se a atuação da ATER, representada pelo IBS (Instituto BioSistêmico), vencedor da Chamada Pública para Prestação de Serviços de ATER para Agricultores Familiares do referido Território, como um estímulo para transformação das propriedades, na busca da sustentabilidade, com técnicas embasadas nos princípios da agroecologia. Pelas características das propriedades e a utilização de mão de obra familiar, os princípios da agroecologia encontram um ambiente favorável para serem implementados, desde que sejam trabalhados dentro de um projeto de ATER que vise a construção da transição para uma agricultura de base ecológica. Vários entraves dificultam essa transição, desde as questões ligadas às tradições dos agricultores, até o déficit de políticas mais eficientes para esta finalidade. Portanto, o trabalho do IBS no Território Noroeste Paulista pode ser visto como início de uma mudança histórica na forma de ver e realizar as atividades agropecuárias, mas não podem ser desconsideradas as restrições contidas no edital da chamada pública, na contratação dos serviços, e as limitações impostas à prestadora de serviços de ATER.

Palavras-chave: Agroecologia. ATER. Agricultura Familiar. Território.

¹ Engenheiro Agrônomo, Mestre e Doutorando em Agronomia - Unesp, Campus de Ilha Solteira (SP), Professor da ETEC Dr. José Luiz Viana Coutinho – Jales (SP)/Centro Paula Souza, niltonjales@gmail.com

² Discente do Curso de Agronomia - Unesp, Câmpus de Ilha Solteira (SP), Bolsista de Iniciação Científica do CNPq, nataliarosm@gmail.com

³ Livre-docente em Sociologia, Professor Adjunto da Unesp, Câmpus de Ilha Solteira (SP), lazaro@agr.feis.unesp.br

Introdução

Segundo o geógrafo Milton Santos, território, pode ser definido como:

“(...) o chão da população, isto é sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi.” (SANTOS, 2000, p. 96).

O território, enquanto espaço socialmente organizado, configura-se no ambiente político institucional onde se mobilizam os atores regionais em prol do seu projeto (ou seus projetos, mesmo que encerrem conflitos de interesses) de desenvolvimento. O principal objetivo é a geração de relações de cooperação positivas e transformadoras do tecido social (ROCHA; SCHEFFLER e COUTO, 2004).

Para executar a estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), através da SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial), adotou o seguinte conceito de território: — [...] espaço físico definido em termos geográfico, no geral contínuo, incluindo a cidade e o campo, caracterizados por critérios multidimensionais – entre eles meio ambiente, economia, sociedade, cultura, política, as instituições e a população, com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente via processos específicos, onde é possível distinguir elementos indicativos da identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais, 2005. Documentos Institucionais, 2).

A política de desenvolvimento territorial vem sendo aplicada, no Brasil, desde o início dos anos 2000. Uma de suas principais premissas é a organização dos atores sociais, buscando fortalecer a sociedade civil por meio do controle social. A gestão social, enquanto um dos principais eixos para a consolidação do desenvolvimento sustentável, busca na descentralização política e administrativa novas formas de organização social onde o público beneficiário das políticas possa intervir nos processos decisórios, com base em seus conhecimentos e em suas leituras sobre a realidade local. Para isso, foram previstas a formação de Colegiados Territoriais, constituídos pelas associações e organizações representativas dos agricultores familiares, representantes do poder público, Organizações Não Governamentais – ONGs e outras entidades relevantes para o processo de desenvolvimento territorial. Estes Colegiados têm por principal objetivo coordenar as atividades de gestão dos programas e projetos do Território (PLURAL, 2011).

Dentre os projetos de importância nos territórios está a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como a base para o desenvolvimento sustentável das famílias de agricultores familiares, mas que precisa de acompanhamento e à medida que se desenvolve precisa de correções de rumos, sempre acompanhando as necessidades da comunidades de agricultores familiares que habitam o território.

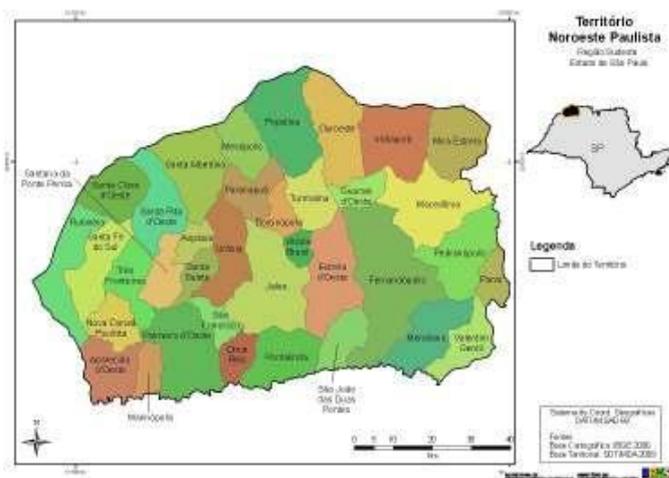
O Território Noroeste Paulista e a Agricultura Familiar

Localizado no extremo Noroeste do Estado de São Paulo, o Território Noroeste Paulista foi homologado em 31 de outubro de 2007, fazendo parte os municípios de Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mesópolis, Mira Estrela, Nova Canaã Paulista, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Parisi, Pedranópolis, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita

d'Oeste, Santa Salete, São Francisco, São João das Duas Pontes, Três Fronteiras, Turmalina, Urânia, Valentim Gentil e Vitória Brasil, perfazendo um total de 36 municípios (PLURAL, 2011).

O Território Noroeste Paulista (Figura 1), localizado na região de mesma denominação, tem como, similaridade a exploração das propriedades agrícolas, sob uma forte presença de mão de obra familiar.

Figura 1 – Mapa dos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista



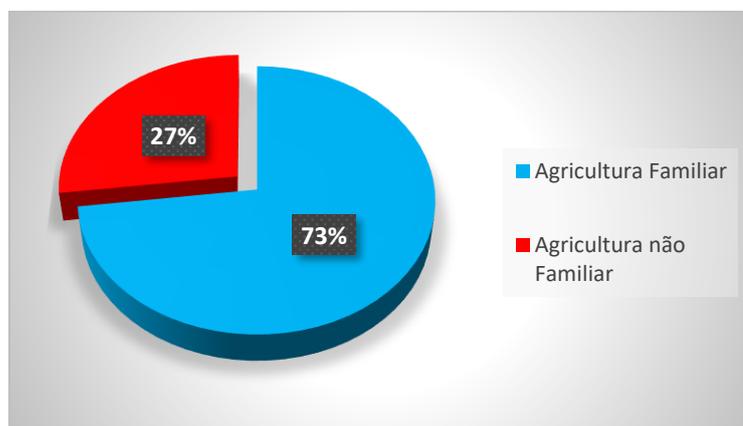
Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT / SDT / MDA (Favareto, 2011)

Conforme PLURAL (2011), destacou a importância da agricultura familiar no Território e levantou informações sobre os tipos de estabelecimentos encontrados:

“Para o Território Noroeste Paulista, o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar é bastante superior aos estabelecimentos não familiares, totalizando 9.021 contra 3.339. Isto representa 5,97% dos estabelecimentos familiares do estado de São Paulo e 0,20% do país.”

Essas informações, segundo PLURAL (2011), dão a dimensão da importância do seguimento para o Território, e estão demonstradas a seguir:

Figura 2 – Percentagem de estabelecimentos familiares e não familiares para o Território Noroeste Paulista.



Fonte: Favaretto, (2011)

A maioria das propriedades localizadas no território, tem como atividades principais as explorações das culturas de frutas e hortaliças na área de produção vegetal e na área de produção animal, a bovinocultura leiteira se destaca, justificando a grande área de pastagens existente no território, conforme levantamento realizado e apresentado no PTDRS (Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável) (PLURAL, 2011).

No Território Noroeste Paulista a agricultura familiar abrange cerca de 73% dos 9.021 estabelecimentos agropecuários, mas ocupam apenas 30% da área. O desenvolvimento da fruticultura (com destaque para a uva fina e rústica, a laranja para mesa e o limão), substituindo as lavouras de café, deu uma característica diferenciada, especialmente à Microrregião de Jales. Na década passada houve uma expansão significativa da cultura da cana de açúcar, mas também continua sendo relevante a pecuária de corte e de leite (PLURAL, 2011).

Ater no Território

Até o ano de 2014, a Assistência Técnica e Extensão Rural era realizada basicamente pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, mas com grandes limitações de atendimento junto aos agricultores familiares (apesar da existência de excelentes profissionais), em função da insuficiência de recursos humanos para atender a demanda existente no Território Noroeste Paulista.

Diante desse quadro, as vendas de máquinas, equipamentos e insumos agropecuários acabou encontrando um espaço grande para atuação junto aos agricultores familiares do Território Noroeste Paulista, constituindo equipes de profissionais da área agrária para dar assistências, mas com a intenção de realizar vendas de produtos.

Esse cenário levou aos agricultores familiares, um sistema de dependência cada vez maior de insumos e produtos externos às propriedades rurais, deixando a atividade cada vez menos sustentável, o que resultou em sérios problemas, que em muitas vezes resultou na perda das propriedades em função das dívidas contraídas.

A partir do ano de 2015, ocorreu uma mudança interessante em relação a ATER realizada no Território Noroeste Paulista, através do início da atuação do Instituto Biosistêmico (IBS).

O IBS foi vencedor da Chamada Pública SAF/ATER nº 09/2013 (CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ENTIDADES EXECUTORAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL), cuja republicação ocorreu em 2014, e ganhou o direito de atuar junto ao Lote 04, que abrange municípios do Território Noroeste Paulista. Essa Chamada Pública foi realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Agricultura Familiar e ficou conhecida como Edital Sustentabilidade para o Estado de São Paulo.

O Ater Privado no Território

A história do ATER passa a partir de 2015 a contar com participação do IBS, como entidade prestadora de serviços dessa natureza, o que poderá resultar em mudanças do hábito dos agricultores familiares presentes no Território Noroeste Paulista.

Em entrevista, realizada em maio de 2016, a engenheira agrônomo Juliana Roldão, coordenadora de sustentabilidade do lote 04, informou que o IBS é uma instituição brasileira que presta serviços de consultoria, assistência técnica e extensão rural para promover o desenvolvimento a partir da inovação e da sustentabilidade.

Ainda conforme Roldão (2016), o IBS — Instituto BioSistêmico — é uma organização privada, constituída em maio de 2006, através da união de profissionais e competências voltados para o apoiar e estimular o crescimento e o desenvolvimento do setor agropecuário. Foi fundada com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no âmbito socioambiental. Como estratégia de trabalho, promove o pensamento sistêmico e utiliza ferramental tecnológico para organização e gestão de fluxos de ação. No seu escopo de atendimento estão as organizações de pequenos produtores familiares, comunidades rurais, associações, cooperativas, empresas e entidades governamentais que desenvolvem projetos de assistência técnica e extensão rural, com responsabilidade social e ambiental e que de alguma forma, direta ou indireta, fomenta o desenvolvimento.

O IBS completa neste ano de 2016 dez anos de fundação, mas os trabalhos com política pública de ATER iniciaram em novembro de 2011, no INCRA São Paulo.

Conforme informação de Roldão (2016), para definição da melhor proposta, o MDA considerou os aspectos de experiência do proponente, da equipe técnica, bem como a proposta técnica indicando a metodologia que será utilizada para a realização das ações da chamada, bem como para o cumprimento do objeto.

Hoje estão selecionadas 1309 famílias dentre os municípios de Aspásia, Guarani d'Oeste, Jales, Mesópolis, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Turmalina, Urânia, Vitória Brasil, Estrela d'Oeste, Marinópolis, Pedranópolis, Sta. Albertina, Sta. Fé, Sta. Rita e Três Fronteiras, conforme informações obtidas junto a Juliana Roldão, em maio de 2016.

A Agroecologia e a Agricultura Familiar

A agroecologia apresenta-se como uma ciência que busca agregar conhecimentos que permitam a construção de estilos de agricultura sustentáveis. É um equívoco nos referirmos à mesma como um sistema agrícola, pois reduzem a abrangência do significado da agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Enquanto ciência, a agroecologia possui como objeto a análise sistemática dos agroecossistemas, com o intuito de possibilitar a construção de bases científicas para o apoio da transição dos modelos de produção convencionais para os estilos de agricultura sustentáveis. Alia então o conhecimento local (baseando-se em questões históricas, sociais e culturais) ao conhecimento científico, possuindo, portanto, como característica, a sua auto expansão durante o passar do tempo (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Para Costabeber (2007, p.12), a transição agroecológica começou no final do século vinte e poderia ser definida como “a passagem do modelo produtivista convencional para formas de produção mais evoluídas do ponto de vista da conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais sustentáveis no médio e longo prazos”.

A transição ocorre gradualmente, sem que se determine um final para a mesma, sendo ela dividida em três níveis principais segundo Gliessman (2000), citado por Caporal e Costabeber (2004). O primeiro nível do processo está embasado no “incremento da eficiência de práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente”; o segundo nível do processo de transição ou conversão, corresponde à “substituição do uso de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas”; e por último, o nível referente ao “redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em novos conjuntos de processos ecológicos” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p.14).

O conceito de transição agroecológica encontra-se ainda em construção, no entanto podemos inferir com relação ao mesmo os seguintes pressupostos: as distintas visões de mundo dos diversos autores são essenciais para compor este conceito. Ao mesmo tempo que apresenta uma visão não tecnicista, a construção do conhecimento agroecológico é realizada por meio do diálogo entre o conhecimento científico e o saber popular; o conhecimento agroecológico enriquece-se à medida que os sistemas alternativos se modificam de acordo com a mudança de uma região para outra (SCHMITT, 2009).

Considerando-se que a segunda etapa da transição agroecológica consiste na substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas, é interessante destacar a importância da agricultura orgânica na composição dos sistemas agroecológicos. O termo agricultura orgânica consolidou-se no Brasil com a Lei 10.831, de 23/12/2003 (Brasil, 2003).

Por volta de 1960 e 1970, a Revolução Verde atingia o seu auge, sendo então a agricultura orgânica ignorada na época, por todo o mundo científico e empresarial. Porém, algo começou a mudar quando começou-se a notar que a forma vigente de domínio sobre a natureza não era harmônica. Erosões, perdas de fertilidade do solo, destruições florestais, degenerações dos patrimônios genéticos, da biodiversidade, contaminações do solo, da água e de animais, começaram a mostrar o quanto foi inconsequente esse avanço desenfreado em direção à Revolução Verde (EHLERS, 1994, p. 24). A percepção dos problemas relatados foi quase simultânea a dos efeitos da Revolução Verde (ALTIERI, 2002). Sob essa atmosfera de incertezas, começa a desenvolver-se os sistemas agrícolas de cunho orgânico no Brasil, em 1922. Inicialmente o conceito de agricultura orgânica não era empregado agregando-se a ele a questão da justiça social. Atualmente este conceito foi reestruturado, abrangendo todas as demais definições que considerem o problema de desenvolver-se a agricultura de maneira economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta (MAZZOLENI, NOGUEIRA, 2006).

Como a agricultura sustentável apresenta custos mais baixos, elevada eficiência energética e pouca intensidade de capital, a mesma torna-se interessante para a agricultura familiar (BALESTRO; SAUER, 2013).

A agricultura familiar é uma nova categoria sociopolítica surgida ao longo dos últimos 20 anos através da busca por reconhecimento e direitos principalmente por parte dos movimentos sindicais do campo (NIEDERLE, FIALHO, CONTERATO, 2014).

Segundo a Lei nº 11.326/2006, Art. 3º, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que dirige e trabalhe em estabelecimento ou empreendimento com a maioria da mão-de-obra proveniente da sua família; detenha área de até 4 módulos fiscais; e tenha a renda familiar predominantemente originada das atividades econômicas vinculadas a seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006).

A autonomia dos agricultores familiares ao administrar os recursos naturais é vital para que haja a continuidade de práticas alternativas de agricultura. Tomando-se como o fato o interesse de empresas transnacionais de aniquilar essa autonomia, torna-se diante disso a agroecologia uma maneira de se retomar a gestão exercida pelos agricultores familiares. Não há como, portanto, desvincularmos o fortalecimento da agricultura familiar do fortalecimento da agroecologia, estando ambas interligadas (SCHMITT, 2009).

Apesar de haver vínculo entre os termos, os mesmos não devem confundir-se em definição.

Mesmo mantendo-se as estruturas de um modelo conservador no país (pressão ao desmatamento, conflitos fundiários, transgênicos, entre outros), o “agricultor familiar” surge agora como categoria política (MEDEIROS, 2010), tornando-se o foco de políticas públicas e projetos alternativos (SCHMITT, 2009; DELGADO, 2010).

Em três Estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) havia um milhão de produtores familiares trabalhando sistemas diversificados de produção em propriedades de até 50 hectares, de acordo com o censo de 1985 (WILKINSON, 1997).

Em junho de 2009, a agricultura familiar brasileira teve sua realidade um pouco modificada. Isso porque, através da lei nº 11947, foi instituído que o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) deveria repassar pelo menos 30% de suas aquisições de abastecimento de merendas escolares aos agricultores familiares, priorizando-se assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e comunidades tradicionais indígenas (MOREIRA, 2013). Apenas em 2011, o mercado reservado à agricultura familiar atingiu o volume de aproximadamente 1 bilhão de reais (BELIK, SILIPRANDI, 2012). A mudança instituída em 2009 tornou ainda mais importante o papel da agricultura familiar no país.

Sendo a agroecologia majoritariamente praticada por agricultores familiares, é ressaltada a importância que esse fato lega à práticas culturais e tradicionais do povo de cada região, levando-se em conta os “saberes” e valores passados entre as famílias, à formação dos sistemas agroecológicos. CARNEIRO, (2008) define que a produção agrícola familiar é sustentada por relações que dialogam entre tradições culturais e subjetividades.

Com o objetivo de se abordar os problemas socioambientais, de forma a envolver essencialmente os agricultores familiares, foi criado o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) o qual utiliza-se de estratégias coletivas para a melhor resolução do problema. Visando o Desenvolvimento Rural Sustentável, a implementação do programa se dá por meio de instituições governamentais e não governamentais relacionadas ao tema (CAMPOS, CHAVES, 2015).

Segundo Campanhola e Valarini (2001), existem cinco argumentos que legam aos pequenos agricultores vantagens ao adotarem a agroecologia como mentora:

- o primeiro diz respeito ao fato de que commodities agrícolas tradicionais requerem escala de produção para que se possa compensar a queda estrutural dos preços (observada nas últimas três décadas).

- o segundo relaciona-se com os nichos de mercado, característica dos produtos orgânicos, os quais atendem, portanto a um segmento restrito e seletivo de consumidores. Este

fato auxilia os pequenos produtores pois, caso os mesmos não atinjam a escala de produção fixada, eles ainda podem comercializar em pequenos mercados locais.

- o terceiro, apesar de requerer a organização dos pequenos agricultores em cooperativas ou associações, refere-se à inserção dos pequenos agricultores nas redes nacionais ou transnacionais de comercialização de produtos orgânicos.

- o quarto e penúltimo argumento baseia-se no não interesse de grandes empreendedores agropecuários na oferta de alguns produtos especializados.

- o quinto e último argumento trata da diversificação da produção orgânica realizada pelo pequeno produtor, em detrimento do grande produtor, e a redução da dependência do uso de insumos externos, o que coloca o primeiro em posição de vantagem perante o segundo. O grande ganho fornecido pela diversificação da produção é a estabilidade de renda durante o ano.

Considerando os argumentos acima listados, devemos nos atentar agora para um segmento da agricultura familiar, o qual poderá levar vantagens com a agroecologia.

Segundo Kageyma, Bergamasco e Oliveira, 2006, estabelecimentos familiares incluem três tipos de estabelecimento: Assentado (estabelecimento originário de projeto de assentamento), Exclusivamente Familiar (opera apenas com mão de obra da família do produtor, sem nenhum tipo de pessoa contratada) e Familiar com contratado ou “misto” (tem mão de obra contratada, mas em quantidade menor que ou igual, em equivalentes-ano, a mão de obra familiar).

Vamos descartar para este artigo os assentados, uma vez que não faz parte da prestação de serviço de ATER no Território Noroeste Paulista, através do Edital Sustentabilidade.

Entendendo-se que a transição depende da interferência humana (ação social) devemos observar que é necessária uma modificação de valores em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais, como lembra Costabeber (2007). Essa modificação de valores pode apresentar-se em alguns casos como o resgate de alguns valores tradicionais camponeses (SAQUET, 2014), fundamentados em práticas da população indígena da América Latina e da população negra trazida da África (ARAÚJO, 2012), os quais foram abandonados em algumas regiões ao serem adotados os princípios de agricultura convencionais.

STUIVER (2006) utiliza-se do termo “retroinovação” para definir o resgate, ampliação, transferência, modificação dos conhecimentos tradicionais. A retroinovação depende de agricultores com experiências globais, porém que continuam aplicando experiências ancestrais, o que a torna um potencial transformador futuro. Tais agricultores contribuem ativamente para a o desenvolvimento de conceitos e práticas relevantes já esquecidos, reintegrando-os à agricultura e ao desenvolvimento rural (STUVIER, 2006).

Muitos agricultores optam pela realização da retroinovação diante da dificuldade de se acompanhar o ritmo do mercado (intensificado pelos avanços da agricultura moderna), além da dificuldade financeira, abrindo espaço para o surgimento de novidades na agricultura (MEDEIROS, 2010).

Cada local ou região, potencial cenário para a transição agroecológica, influencia de certa forma quais os valores e práticas serão adotados durante o processo, pois os mesmos são diferentes para cada espaço geográfico, o que também torna rica a experiência agroecológica. Os recursos naturais de cada região são também diferentes. Assim como MEDEIROS, MARQUES (2014) referem se em uma publicação na Revista Brasileira de Agroecologia, a união dos recursos naturais de um local, mais as suas variedades sociais e culturais originam a chamada “Produção de Novidades” na agricultura. Este termo foi criado a partir da necessidade de se particularizar ou especificar processos inovadores em andamento em cada espaço rural, os quais podem ser entendidos como uma quebra com as práticas realizadas convencionalmente nas regiões de seus surgimentos, de modo que estas inovações tornem-se uma forma de se otimizar a rotina (PLOEG et al., 2004).

No Rio Grande do Sul, mais especificamente nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, existem cooperativas de agricultores familiares, as quais são responsáveis pelo surgimento de muitas inovações, destacando-se entre estas três. A primeira refere-se a uma inovação organizacional. Ao criarem a chamada Cooperativa Sul Ecológica, estabeleceram uma nova dinâmica de relacionamento entre a sociedade local, promovendo um contato mais direto entre consumidor e agricultor, além de que permitiram entre eles mesmos uma ampliação de seus conhecimentos, através de redes sociais (quebra do isolamento dos valores de cada um). A segunda foi a busca dos agricultores familiares pelo acesso a mercados de cadeia curta, o que opõe se à dependência de mercados oligopolizados. A terceira refere-se à estratégia de industrialização da produção dos agricultores familiares de base ecológica, representada pela agroindústria familiar Figueira Prado (MEDEIROS, MARQUES, 2014).

Paralelamente às discussões sobre o desenvolvimento agroecológico, também se ampliou nas duas últimas décadas a discussão em torno da abordagem territorial, que recentemente vem sendo incentivada por meio de políticas públicas de estimularam a criação e o desenvolvimento dos territórios rurais no Brasil.

No referido Território ainda não existem muitos agricultores que identificam seus sistemas de produção como de transição agroecológica, devido à dificuldade dos mesmos em compreender o conceito de agroecologia e associar suas práticas a uma possível transição agroecológica, mas também não foram encontradas pesquisas científicas que buscam estudar esse processo nos municípios que compõem o Território Noroeste Paulista.

O Instituto Biosistêmico, a Agroecologia e o Edital Sustentabilidade para o Território Noroeste Paulista

O IBS vencedor do Edital Sustentabilidade para atender o lote 4, que refere-se à municípios pertencentes ao Território Noroeste Paulista, vem colocando em prática as suas ações de trabalho norteadas pelo edital da Chamada Pública SAF/ATER nº 09/2013, CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE ENTIDADES EXECUTORAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR SUSTENTÁVEL (BRASIL, 2014).

Hoje estão selecionadas 1309 famílias dentre os municípios de Aspásia, Guarani d'Oeste, Jales, Mesópolis, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Turmalina, Urânia, Vitória Brasil, Estrela d'Oeste, Marinópolis, Pedranópolis, Santa Albertina, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste e Três Fronteiras, conforme informações obtidas junto a Roldão (2016).

Segundo a mesma fonte, seis agricultores praticam a agroecologia na amplitude do conceito, e trinta e cinco propriedades realizam práticas alternativas agroecológicas. Dentre essas práticas, destaca-se o controle alternativo de pragas e doenças utilizando-se de extratos e outros produtos alternativos, uso de biológicos, caldas biofertilizantes, rotação de culturas, adubação verde e roçagem. Essas práticas são mais utilizadas nos cultivos de hortaliças e frutíferas.

No entanto, um fato chama a atenção, apenas 3 a 5 % dos agricultores sabem o que é agroecologia, segundo Roldão (2016), o que nos remete a afirmar que muito se tem a fazer no Território Noroeste Paulista.

No entanto, Roldão (2016) relata que: “os trabalhos de ATER, desenvolvidos pelo IBS, já está contribuindo para a agregação de conhecimentos sobre a sustentabilidade a qual também se aborda técnicas agroecológicas para manejo e cultivos. Nossos técnicos são capacitados para levarem opções alternativas para as produções bem como orientam as famílias a terem uma visão espacial das questões ambientais e sociais que envolvem todos os indivíduos.”

Depois de analisar o edital, alguns pontos devem ser destacados e discutidos, uma vez que interferem na prestação de serviços de ATER e poderão levar a uma baixa eficiência, quando realizadas através dos editais de chamadas públicas.

Os editais foram elaborados pela DATER (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Ministério do Desenvolvimento Agrário). No caso específico, do Estado de São Paulo, o mesmo edital foi aberto para prestação de serviços de ATER em Regiões (4 lotes), com diferenças marcantes na origem da agricultura familiar, na colonização, no meio ambiente, no relevo, nas relações sociais, etc.

Estes fatos, por si só poderão resultar em dificuldades da implementação das ações previstas no edital. Outro ponto relevante é o relacionado ao grande número de atividades coletivas dos agricultores, em relação as atividades individuais, uma vez que a demanda maior dos agricultores é por mais visitas técnicas nas propriedades. Este fato, ou seja a ausência de técnicos de ATER nas propriedades possibilitou a entrada dos técnicos das revendas de produtos nas propriedades, “substituindo” a ATER Pública, e ocasionando uma maior dependência dos agricultores, em relação aos insumos externos.

Conforme as exigências previstas no Edital, o número mínimo para validar um grupo é de dezesseis famílias, o que na realidade do Território Noroeste Paulista, é muito elevado, e acaba dificultando um bom andamento dos trabalhos. Segundo informações dos técnicos, este número poderiam situar-se em oito a dez famílias.

Mais um ponto que merece destaque, é exigência da DAP (Declaração de Aptidão do Produtor aos Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar), uma vez que muitos agricultores tem todo o perfil de agricultora familiar, mas não possuem a DAP, e gostariam de fazer parte dos produtores a serem atendidos pelo Edital, mas não podem por não atender esta exigência. Essas informações foram coletadas junto a Coordenadora de Sustentabilidade do lote 4, Roldão (2016), que coloco o problema como o principal entrave para a formação dos grupos de prestação de serviços de ATER.

Apesar da validade do Edital para três anos, o cumprimento do contrato ainda é uma incógnita, principalmente no momento em que passa o Governo Brasileiro, pautado por uma instabilidade política que poderá levar a retrocessos nos avanços ocorridos na última década. Atualmente o IBS executou metade das atividades previstas no cronograma para o Território, tendo mais um ano e meio para finalização dos serviços programados, ou seja tem muitas atividades para serem realizadas e que poderão levar a resultados mais evidentes, definindo um rumo a ser seguido pelos agricultores familiares, em prol da efetivação de práticas agroecológicas em suas propriedades, e de um entendimento mais concreto do que é agroecologia.

Considerações Finais

Apesar das dificuldades encontradas em pontos do Edital, os trabalhos de ATER no Território Noroeste Paulista, estão sendo desenvolvidos pelo IBS, e avançam na construção da sustentabilidade dos agricultores familiares do Território.

Alguns pontos do Edital, ou sejam requisitos que deverão ser cumpridos pela prestadora de serviços de ATER, poderão atrasar ou atrapalhar a implantação dos serviços e precisam ser revistos, tais como o número mínimo de famílias por grupo.

Os editais para as chamadas públicas de ATER, deveriam ser discutidos com os Colegiados Territoriais ou outra instância coletiva representativa dos agricultores familiares, antes de serem publicados, visando um atendimento mais coerente com a realidade de cada lote.

Um outro critério, deverá ser utilizado para substituir da DAP, pois há casos, apesar de ter um perfil típico de agricultora familiar e de acordo com a legislação, os produtores rurais ficam impedidos de receber os serviços de ATER.

A falta de informação sobre agroecologia, ainda é muito grande e somente deixará ser preocupante com o bom desenvolvimento da ATER, mas os avanços ocorrem de maneira lenta, porém atendendo uma grande parte dos agricultores familiares do Território.

Mesmo sendo um edital com previsão de três anos de trabalho, a expectativa é de que se consiga atender e atingir os objetivos propostos, mas é necessária a continuidade dos trabalhos para que os resultados sejam efetivos.

Portanto a atuação do IBS tem uma grande e fundamental importância nesse processo, uma vez que nunca se teve um público de agricultores familiares tão grande sendo atendidos por um edital tão específico no Território, o que faz com que apesar de alguns problemas, seja um marco histórico na ATER do Território Noroeste Paulista.

O Edital Sustentabilidade foi o primeiro para essa finalidade que atende a agricultores familiares, por isso a sua importância no desenvolvimento sustentável das propriedades familiares, tornando-se um marco na história recente do Território Noroeste Paulista.

Referências

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ARAUJO, M. G. de. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuad. geogr.**, Bogotá, v. 21, n.1, Jan. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-215X2012000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Abril 2015.

BELIK, Walter; SILIPRANDI, Emma. **A Agricultura Familiar e o Atendimento à Demanda Institucional das Grandes Cidades**. In: BELIK, Walter; CORÁ, Maria Amélia J. (orgs.). **PROJETO NUTRE SP: análise da inclusão da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2012, p. 63-76.

BRASIL. Lei 10.831. Brasília: Diário Oficial da União, 24/12/2003.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2006. Disponível em: http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/legislacao_paa/11.326.pdf. Acesso em: 25 abril. 2015.

CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. **A AGRICULTURA ORGÂNICA E SEU POTENCIAL PARA O PEQUENO AGRICULTOR**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 18, n. 3, p.69-101, set. 2001.

CAMPOS, Ana Luísa; CHAVES, Adriana. **Processo de Seleção de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar**. Mma/coleção: Fichário D@ Educador Ambiental, Brasília, v. 1, n. 13, p.49-54, maio 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: Emater/PA, 2004. 24p.

CARNEIRO, M. J. **Em que consiste o familiar da agricultura familiar?** In: COSTA, L. F. C; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: do produtivismo a ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**. Contribuições para a promoção do desenvolvimento sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-2007. p. 18-48.

DELGADO, N. **O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula**. In: *Brasil Rural em Debate*. Brasília: MDA/Condraf, 2010.

EHLERS, Eduardo M. **O que se entende por agricultura sustentável?** 1994. Tese (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação FEA/USP, São Paulo.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. de. **Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do censo de 2006**. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 105-122, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 de Abril de 2016.

MDA/SDT. Edital da Chamada Pública SAF/ATER nº 09/2013. Republicação: Chamada Pública para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Sustentável. Abril de 2014. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/chamadas/Chamada%20sustentabilidade%2009%202013%20republica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

MDA/SDT. **Marco Referencial para o apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Documentos Institucionais 02-2005**.

MEDEIROS, L. S. **Agricultura familiar no Brasil: Aspectos da formação de uma categoria política**. In: MANZANAL, M. e NEIMAN, G. (Org). *Las agriculturas familiares del Mercosur. Trayectorias, amenazas y desafíos*. Bueno Aires: Ciccus, 2010.

MEDEIROS, Monique; MARQUES, Flávia Charão. **Conhecendo a trajetória de emergência de ‘novidades’: agricultores familiares, recriações e transformações no meio rural do sul do Rio Grande do Sul**. *REVISTA BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA*, [S.l.], v. 9, n. 1, abr. 2014. ISSN 1980-9735. Disponível em: <<http://www.ab-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/12826>>. Acesso em: Jun. 2015.

MOREIRA, Magda Regina Santiago. **Um olhar sobre a agricultura familiar, a saúde humana e o ambiente**. *Cienc. Cult.* [online]. 2013, vol.65, n.3, pp. 53-57. ISSN 0009-6725.

NIEDERLE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 9-24, 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032014000600001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 de Abril 2015.

PLURAL - COOPERATIVA DE CONSULTORIA, PESQUISA E SERVIÇOS **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Território Noroeste Paulista (SP)**. São Paulo (SP): PLURAL/MDA, setembro de 2011.

ROLDÃO, J. **Instituto Biosistêmico (IBS)**, Entrevista realizada em 20 de maio de 2016. Jales-SP.

SANTOS, M. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, M. A. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator (Fortaleza)**, Fortaleza, v.13, n.2, p.125-143, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198422012014000200125&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Abril 2015.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. A Diversidade no Rural, Transição Agroecológica e Caminhos para a Superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, S. et al. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 7-15.

SCHMITT, C. J. Transição Agroecológica e Desenvolvimento Rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S. et al. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. Cap. 5. p. 173-225.

STUIVER, M. Highlighting the retro side of innovation and its potential for regime change in agriculture. In: MURDOCH, J.; MARSDEN, T. (eds.) **Between the Local and the Global: confronting complexity in contemporary agri-food sector**. Amsterdam: Elsevier, 2006 (Research in Rural Sociology and Development, v. 12). P.147-175.

ROCHA, Alynson dos S.; SCHEFLER, Maria de L. M. e COUTO, Vitor de Athayde. **Organização Social e Desenvolvimento Territorial: reflexos sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – Ba**.

PLOEG, J. D. van der.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H, J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J.S.C. On regimes, novelties, niches and co-production. In: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (eds.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 2004, p. 1-30.

WILKINSON, John. **Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 08, p.25-50, abr. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/104>>. Acesso em: 02 out. 2015.